OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO ENSINO DE GEOGRAFIA

Fabiana Pegoraro Soares
Doutoranda em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo
E-mail: fabianapegoraro@usp.br

Resumo:
Desde 2015, a partir da divulgação da Agenda 2030 e dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, as orientações internacionais institucionais sobre educação ambiental para a sustentabilidade passaram a ser norteados por este viés. A Geografia, enquanto componente escolar de caráter intrinsicamente interdisciplinar, permite uma correlação dos ODS com o currículo escolar com certa facilidade. Nesse sentido, é de suma importância a formação de professores e educadores em geral para o conhecimento dos preceitos e metas dos ODS para que essa correlação seja realizada. Este trabalho tem como objetivo contribuir para reflexões sobre a formação do professor de Geografia da educação básica de modo que este possa relacionar as informações trazidas pela BNCC aos temas dos ODS, trazendo-os para as aulas do dia a dia e para projetos escolares. Para tanto, foi realizada uma análise documental considerando os relatórios das conferências sobre meio ambiente e educação ambiental, a Agenda 2030 e os ODS, publicações da UNESCO sobre Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, além da BNCC. Um estudo comparativo entre os documentos permitiu reflexões e a proposta de uma formação continuada de professores para a realização de trabalhos escolares disciplinares e interdisciplinares envolvendo os ODS e a BNCC de Geografia.

Palavras-chave: ODS; Geografia; Ensino; Educação para a Sustentabilidade.

Introdução

As discussões internacionais institucionais sobre educação ambiental tiveram início na Conferência das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento e Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972. Em continuidade aos debates sobre a questão, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em parceria com o recém-criado Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), organizou a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, em Tbilisi, então URSS, em 1977, na qual foram estabelecidas as primeiras definições e eixos de trabalho institucionais sobre o tema.

Ao longo do tempo, novas ideias, interpretações e correntes sobre ambiente e educação ambiental foram surgindo (SAUVÉ, 2005), ressaltando-se como marcos a publicação do livro Nosso Futuro Comum, também chamado Relatório Brundtland (CMMAD, 1991), a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (conhecida como Rio-1992) e a Agenda 21, e a Conferência Internacional de Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, organizada pela UNESCO, em Tessalônica, no ano de 1997. Pode-se afirmar que os pontos de vista trazidos e difundidos por estes eventos orientaram os rumos da educação ambiental institucional internacional para o viés do desenvolvimento sustentável (RODRIGUEZ; SILVA, 2010).

Essa orientação, contudo, é bastante questionada, sobretudo por movimentos sociais e ambientalistas, que alegam que o conceito de desenvolvimento sustentável tem foco antropocêntrico e o uso do termo 'desenvolvimento', traz uma interpretação centrada no crescimento econômico (LOTZ-SISITKA, 2004; SAUVÉ; BERRYMAN; BRUNELLE, 2007).

Ainda assim, a UNESCO seguiu com os projetos de educação para o desenvolvimento sustentável (EDS) e, desde 2015, com a divulgação da Agenda 2030 e seus dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) (ONU, 2021), as atenções da organização se voltaram para a educação – formal e não formal - como uma das ferramentas para o alcance dos ODS.

No Brasil, a educação ambiental tornou-se oficial a partir da Lei nº 9.795, de 1999, que dispõe sobre a questão, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e determina, no Art. 3º, item II, que as instituições educativas promovam o assunto de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem (BRASIL, 1999). Atualmente, o tema encontra-se vinculado à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), documento normativo que reestruturou o currículo nacional da educação básica, mas que não traz a educação ambiental como um objetivo declarado, mesmo em seu viés de sustentabilidade. Dessa maneira, fica a critério do professor o direcionamento de um trabalho com essa intenção, por meio da relação dos objetos de conhecimento de seu componente curricular[1].

[1] Objetos de conhecimento e Componente curricular são as nomenclaturas utilizadas pela BNCC para se referir aos antigos termos Conteúdos e Disciplinas, respectivamente.

A Geografia, por seu caráter interdisciplinar e seu foco na relação entre ser humano e ambiente (MOREIRA, 2013), traz diversos assuntos que podem ser diretamente ou indiretamente relacionados à educação ambiental e aos ODS. Para que isso aconteça, contudo, é imprescindível que a questão esteja presente na formação do professor – inicial e continuada.

Nesse sentido, este trabalho apresenta uma breve discussão sobre as possibilidades da educação para os ODS e seu diálogo com a Geografia escolar, atenta para a importância da formação e do olhar do professor para o assunto e traz uma proposta de formação de professores para a correlação dos ODS aos objetos de conhecimento da Geografia e a exemplos de abordagens e métodos de aprendizagem para o ODS propostos por documento da UNESCO.

Metodologia

A partir das questões anteriormente apresentadas, este trabalho tem como objetivo contribuir para reflexões sobre a formação do professor de Geografia da educação básica no sentido que este possa relacionar os assuntos, objetos de conhecimento, competências e habilidades deste componente escolar aos temas dos ODS, trazendo-os para as aulas do dia a dia e para projetos escolares.

Para atingir este objetivo, foi realizada uma análise documental, baseada nas seguintes etapas: (a) leitura, correlação e levantamento das principais tendências e recomendações apresentadas nos relatórios das conferências sobre meio ambiente, educação ambiental e educação para a sustentabilidade, organizados pela UNESCO/PNUMA; (b) análise das propostas dos Objetivos do Milênio (ODM), da Agenda 2030 e dos ODS; (c) leitura e análise das publicações da UNESCO sobre Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (d) análise da BNCC de Geografia e estabelecida a possível relação do documento com influências internacionais e as ideias dos ODS.

Um estudo comparativo entre os documentos e seus preceitos permitiu reflexões sobre a possibilidade de uma formação continuada de professores para a realização de trabalhos

escolares disciplinares e interdisciplinares envolvendo os ODS e a BNCC de Geografia, como será apresentado a seguir.

Resultados: educação para os ODS, ensino de Geografia e formação de professores

Em dezembro de 1997, em Tessalônica, na Grécia, a UNESCO e o PNUMA promoveram a Conferência Internacional de Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Consciência Pública para a Sustentabilidade, também conhecida como III Conferência Internacional sobre Educação Ambiental. Entre as questões discutidas na conferência, chama a atenção a substituição do termo 'educação ambiental' por 'educação para o meio ambiente e sustentabilidade', seguindo a orientação do capítulo 36 da Agenda 21[2], elaborada na Rio-1992 (BRASIL, 2000). O documento resultante do encontro, a Declaração de Tessalônica (UNESCO, 1997), considera que as recomendações da primeira Conferência sobre Educação Ambiental, de Tbilisi-1977, associadas à Agenda 21 e às principais conferências da Organização das Nações Unidas (ONU) devem ir além da educação ambiental, podendo esta também ser tratada como 'educação para o meio ambiente e sustentabilidade'. A declaração ainda retoma que a educação para a sustentabilidade envolve os níveis formal e não formal e que o conceito de sustentabilidade não engloba apenas o meio ambiente natural, mas também diversos setores ligados à qualidade de vida. A partir de então, as discussões institucionais internacionais sobre educação ambiental lideradas pela UNESCO passam a ter o viés do desenvolvimento sustentável.

No sistema ONU, as discussões sobre desenvolvimento sustentável tiveram continuidade na Cúpula do Milênio, no ano 2000, que definiu o estabelecimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), com 8 objetivos que deveriam ser alcançados pelos países do mundo em direção à redução da pobreza e à sustentabilidade (SACHS, 2012). Em setembro de 2015, em uma espécie de reformulação dos ODM e da Agenda 21, a Assembleia

[2] O capítulo 36 da Agenda 21 trata da educação e propõe uma reorientação do ensino, da conscientização e do treinamento para o desenvolvimento sustentável, para o século XXI.

Geral da ONU anunciou a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, com 17 objetivos e 169 metas (Figura 1). Os ODS são o eixo central da Agenda 2030 e orientam as ações nas três dimensões do desenvolvimento sustentável - econômica, social e ambiental - e possuem um caráter universal, integrado, indivisível e interdisciplinar (UNESCO, 2020). Suas 169 metas indicam os percursos a serem trilhados, as medidas a serem adotadas para promover o seu alcance e, junto aos indicadores, permitem o acompanhamento dos progressos dos países pela ONU (SILVA; PELIANO; CHAVES, 2018).

Figura 1 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

Fonte: Nações Unidas Brasil, 2022.

Com relação à educação, os professores Eduardo Merino, José Gómez e Maria Estrada (2018) atentam que todos os ODS podem ser vinculados a ações e intervenções educativas e consideram que eles "são mais um passo para desenvolver uma pedagogia de presenças onde todos nos encaixemos, na qual podemos deixar o planeta em melhores condições – para nossos filhos e filhas – e a forma como vivemos nele" (MERINO; GÓMEZ; ESTRADA, 2018, p. 24).

Em janeiro de 2016, em Ahmedabad (Índia) foi realizada a Conferência Internacional sobre Educação como um Caminho para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Plano de Ação de Ahmedabad aponta que os ODS são interconectados e devem ter uma

abordagem integrada, devendo haver um planejamento, na área da educação, para que cada objetivo seja trabalhado, em contextos diversos, e que as instituições educacionais, formais e não formais, têm um papel importante em elaborar uma transição para a sustentabilidade (CEE, 2016). Nesse sentido, considerando a educação formal, que ocorre sobretudo nas escolas e universidades, é essencial pensar a formação dos profissionais envolvidos, sobretudo os professores, para o entendimento, valorização e aplicação da educação para os ODS. A partir de então, a UNESCO passou a promover intensamente a educação para os ODS e a publicar diversos materiais, como o aqui utilizado: Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – Objetivos de Aprendizagem (UNESCO, 2017).

É importante ressaltar que o Brasil vem passando pela recente implantação de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018), tendo sido a BNCC de educação infantil e ensino fundamental homologada em 2017 e implantada, desde então, nas escolas e materiais didáticos. A BNCC de ensino médio, por sua vez, foi homologada em 2018 e tem 2022 como prazo limite de implantação[3].

A BNCC traz, para o ensino fundamental, competências, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades interligados entre si. Para o ensino médio, traz competências e habilidades que podem ser interligados a diversos assuntos disciplinares e interdisciplinares. Desta maneira, no Brasil, uma formação de professores para a educação para os ODS deve considerar que o planejamento de um professor terá como base as competências, habilidades e objetos de conhecimento propostos pela Base.

No caso da Geografia, ressalta-se que, de maneira geral, seus objetos de conhecimento permitem o diálogo com outros componentes e com os temas propostos pelos ODS, pois tratam de questões econômicas, sociais e ambientais. Assim, a Geografia pode ser relacionada às propostas de sustentabilidade da Agenda 2030 e incorporar temas dos ODS, se não de forma direta, de maneira transversal (SOARES, 2019). Por exemplo, o ODS 2 - “erradicar a fome,

[3] Este trabalho não tem como objetivo discutir a BNCC, mas ressalta-se que o processo de desenvolvimento da Base, a ideologia por trás dela e, sobretudo as diretrizes da etapa do ensino médio são bastante criticados por muitos estudiosos da área da educação, como pode ser visto em Avelar (2019); Ferretti (2018); Cássio e Catelli Jr (2019) e Soares (2021).

alcançar a segurança alimentar, melhor a nutrição e promover a agricultura sustentável" – (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022, p.1), pode ser relacionado ao objeto de conhecimento Produção, Circulação e Consumo de Mercadorias no 7º ano, e à sugestão de atividade da UNESCO (2017, p. 15), "fazer análises de estudos de caso de políticas públicas ou estratégias de gestão de empresas adequadas e não adequadas para combater a fome, reduzir o desperdício de alimentos e promover a agricultura sustentável" (Quadro 1). Porém, mais uma vez, retoma-se aqui a importância da formação do professor para que essa relação entre ODS e objetos de conhecimento da Geografia ocorra de forma refletida e intencional.

Quadro 1 – Exemplos de relações entre o ODS 2, objetos de conhecimento de Geografia do Ensino Fundamental e abordagens e métodos de aprendizagem propostos pela UNESCO

ODS	Objeto de conhecimento (BNCC)	Anos escolares trabalhados	Exemplos de abordagens e métodos de aprendizagem para o ODS, segundo a UNESCO, que envolvem Geografia
Objetivo 2: Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhor a nutrição e promover a agricultura sustentável	Condições de vida nos lugares de vivência.	1º ano	Fazer dramatizações representando pequenos produtores contra grandes empresas em um mercado global influenciado por impostos, subsídios, tarifas, cotas etc. Desenvolver cenários e análise de sistemas locais ou nacionais de produção e consumo de alimentos e/ou que investiguem o impacto dos desastres naturais nos sistemas de produção de alimentos. Fazer análises de estudos de caso de políticas públicas ou estratégias de gestão de empresas adequadas e não adequadas para combater a fome, reduzir o desperdício de alimentos e promover a agricultura sustentável. Organizar excursões e viagens de campo para lugares onde a agricultura sustentável é praticada. Acompanhar a trajetória dos alimentos do campo à mesa – cultivo, colheita e preparo dos
	A cidade e o campo: aproximações e diferenças. Impactos das atividades humanas.	3º ano	
	Relação campo e cidade. Trabalho no campo e na cidade.	4º ano	
	Produção, circulação e consumo de mercadorias.	7º ano	
	Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial.	8º ano	
	Cadeias industriais e inovação no uso dos	9º ano	

	recursos naturais e matérias-primas.		alimentos, por exemplo, em projetos de horta urbana ou escolar

Fonte: Soares (2019).

Como resultado das análises realizadas, sugere-se uma formação de professores em que estes possam: (a) ter contato com um breve histórico sobre o conceito de desenvolvimento sustentável e a Agenda 2030; (b) realizar uma reflexão sobre a possibilidade de correlação dos objetos de conhecimento da Geografia propostos pela BNCC aos assuntos dos ODS; (c) conhecer exemplos de abordagens e métodos de aprendizagem propostos pela UNESCO (2017, 2020), que trazem ideias práticas para uma educação para os ODS e que podem ser adequados à realidade escolar vivida pelo professor brasileiro.

O objetivo dessa formação do professor, com possibilidade de curta duração, seria contribuir para a aplicação dos princípios dos ODS e da Agenda 2030 em sala de aula e projetos escolares. Espera-se que os professores concluam que os temas dos ODS podem ser trabalhados em diversos momentos e por meio de diferentes objetos de conhecimento, durante a educação básica, permitindo diversos enfoques e projetos interdisciplinares e a adequação da abordagem a contextos atuais e às necessidades dos alunos. Os professores também devem perceber que o planejamento de suas aulas e projetos não precisa partir do conteúdo/objeto de conhecimento, podendo se dar também a partir dos temas dos ODS.

Independente dos diferentes pontos de vista sobre a discussão quanto às correntes e caminhos da educação ambiental, e sobre a implantação da BNCC, pode-se afirmar um ponto de convergência: a importância do papel do professor para uma educação crítica, que auxilie o estudante a refletir sobre sua condição, sobre as relações espaciais ao seu redor e sobre seu papel social em busca de uma sociedade mais justa, social e ambientalmente.

Discussão: o papel do professor frente à educação para os ODS

A Geografia, como ciência e como componente escolar, abrange assuntos que podem ser diretamente ou indiretamente associados aos temas dos ODS. Porém, o atual documento

norteador do currículo brasileiro, a BNCC, traz poucas referências à educação ambiental e para a sustentabilidade, não mencionando os ODS.

Dessa maneira, cabe ao professor fazer as relações e análises entre os objetos de conhecimento, competências e habilidades propostas pela BNCC de Geografia e os ODS, de modo que possa utilizá-los para o planejamento de atividades disciplinares e interdisciplinares. Porém, para que isso seja possível, é importante pensar na formação inicial e continuada destes professores, tendo em vista o trabalho com os ODS e a Agenda 2030.

Os ODS têm um caráter interdisciplinar, integrado e interdependente, sendo possível relacioná-los a diversos assuntos intrínsecos à Geografia. O conhecimento das discussões sobre desenvolvimento sustentável e elaboração dos conceitos que envolvem os ODS pode levar o professor a perceber sua importância e incorporar o pensamento pela sustentabilidade ao dia a dia escolar, por meio de suas aulas e projetos pedagógicos. Não se trata, assim, de uma exaltação aos ODS ou aos discursos institucionais, mas sim, de propor uma leitura analítica e de beneficiar-se de seus aspectos positivos em âmbito escolar e de sua incorporação ao currículo sob um ponto de vista da justiça ambiental e social.

Referências

AVELAR, Marina. O público, o privado e a despolitização nas políticas educacionais. In: CÁSSIO, Fernando. **Educação contra a barbárie.** São Paulo: Boitempo, 2019.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base Acesso em: 15 fev. de 2018.

BRASIL. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 27 abr. 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm Acesso em 3 jun. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Agenda 21 (global):** Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento - em português. Brasília: MMA, 2000. Disponível em: https://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-

21/agenda-21-global/item/716-cap%C3%ADtulo-36?tmpl=component&print=1 Acesso em: 17 jan. 2020.

CÁSSIO, F.; CATELLI JR, R. (Org.) **Educação é a Base?** 23 educadores discutem a BNCC. São Paulo: Ação Educativa, 2019.

CEE. Ahmedabad – Plan of Action. **International Conference:** Education as a Driver for Sustainable Development Goals. CEE: Ahmedabad, 2016. Disponível em: https://www.rcenetwork.org/portal/sites/default/files/ESDG%20Recommendations.pdf Acesso em 29 jun. 2022.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD). **Nosso Futuro Comum.** Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

FERRETTI, C. J. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 32, n. 93, mai/ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142018000200025&script=sci_arttext Acesso em: 08 out. 2020.

LOTZ-SISITKA, Heila. Positioning southern African environmental education in a changing context. **Share-Net and SADC REEP**, Rhodes University, South Africa, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/316740404_Positioning_southern_African_environmental_education_in_a_changing_context Acesso em: 04 fev. 2019.

MERINO, E. S. V.; GÓMEZ, J. A. C.; ESTRADA, M. R. B. Educación, Sostenibilidad y Ética: Desafíos Ante los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS). In: XXXVII SEMINARIO INTERUNIVERSITARIO DE TEORÍA DE LA EDUCACIÓN. 2018, Tenerife. **Anais eletrônicos...** Tenerife, 2018. Disponível em: https://riuma.uma.es/xmlui/handle/10630/17039 Acesso em: 12 out. 2020.

MOREIRA, Ruy. **Pensar e ser em Geografia.** São Paulo: Contexto, 2013.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil** [2022]. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/sdgs Acesso em: 3 jun. de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Sustainable Development Goals**: Knowledge Plataform [2021] https://sustainabledevelopment.un.org/sdgs Acesso em: 25 out. 2021.

RODRIGUEZ, Jose Manuel Mateo; SILVA, Edson Vicente. **Educação ambiental e desenvolvimento sustentável:** problemática, tendências e desafios. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

SACHS, Jeffrey D. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. ***The Lancet,*** v. 379, p. 2206-2221. 2012. Disponível em: https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(12)60685-0/fulltext Acesso em 20 jun. 2019

SAUVÉ, Lucie. Uma cartografia das correntes em educação ambiental. In: SATO, M.; CARVALHO, I. (Org.). **Educação ambiental:** pesquisa e desafios. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 17-44.

SAUVÉ, Lucie; BERRYMAN, Tom; BRUNELLE, Renée. Three Decades of International Guidelines for Environment-Related Education: A Critical Hermeneutic of the United Nations Discourse. **Canadian Journal of Environmental Education**, Montreal, v. 12. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/228629580_Three_decades_of_international_guidelines_for_environment-related_education_A_critical_hermeneutic_of_the_United_Nations_discourse Acesso em: 1 abr. 2020.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; PELIANO, Anna Maria; CHAVES, José Valente. **Agenda 2030:** ODS – Metas Nacionais dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. IPEA, 2018 Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180801_ods_metas_nac_dos_obj_de_desenv_susten_propos_de_adequa.pdf. Acesso em: 16 jul. 2019.

SOARES, Fabiana Pegoraro. Cadê a Geografia que estava aqui? Reflexões sobre a BNCC de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio. In: XIV ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM GEOGRAFIA (ENANPEGE), 2021, online. **Anais eletrônicos...** Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/77539 Acesso em: 02/07/2022.

SOARES, Fabiana Pegoraro. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e Geografia Escolar: exemplos de aplicação. **Terrae Didatica**, v. 15, p. 1-7, 2019. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/td/article/view/8657602 Acesso em: 27 nov. 2019.

UNESCO. Declaration of Thessaloniki. In: **International Conference Environment and Society:** Education and Public Awareness for Sustainability. Tessalônica, 1997. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000117772 Acesso em: 29 set. 2019.

UNESCO. **Educação para o Desenvolvimento Sustentável na Escola:** caderno introdutório. Brasília: Unesco, 2020. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000375076.locale=en Acesso em: 3 jun. 2022.

UNESCO. **Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**: objetivos de aprendizagem. Paris: Unesco, 2017. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197 Acesso em: 7 jun. 2019.